

“Jornalismo dos anos de 1930: informação e doutrinação”

Emanuelle Lins de Andrade *

Resumo: Assim como nos regimes anti-democráticos europeus da primeira metade do século XX, o governo de Getúlio Vargas (1930-1945) também fazia uso da imprensa como instrumento de doutrinação e manipulação do público, então considerado como massa. Tal tarefa foi desempenhada pela imprensa, na maioria das vezes, de maneira pacífica, através da cooptação ou da coação. E para silenciar aqueles que pertenciam aos aparelhos midiáticos e que não aceitaram se coligar ao governo, ainda se poderia dispor da perseguição política, do exílio, ou da censura. Entretanto, tais oposicionistas não foram muitos.

Palavras-chave: imprensa, doutrinação e censura.

Abstract: Just as anti-democratic regimes in Europe in the first half of the twentieth century, the government of Getúlio Vargas (1930-1945) would also use the press as an instrument of indoctrination and manipulation of the public, then regarded as mass. The press, most of the time, played this task in a peaceful way, through coercion or cooptation. And to silence those who belonged to the media devices and did not accept to colligate to the government, this could still make use of political persecution, exile, or censorship. However, such opposition was not many.

Key-words: press, indoctrination, censorship.

O primeiro jornal do Brasil foi o Correio brasiliense, de Hipólito José da Costa, o qual era impresso em Londres. Periódico de cunho político, noticioso e independente, dedicava-se a analisar os problemas do país. Já o primeiro jornal produzido no Brasil foi a Gazeta do Rio de Janeiro, um semanário administrado pelo secretário dos negócios estrangeiros e da Guerra no governo de D. Joao VI. A Gazeta, diferentemente do Correio, não se dispunha a analisar os problemas enfrentados pelo país, mas, sim, a publicar comunicados oficiais e propagandas de oferta e procura.

Tanto o Correio como a Gazeta marcam o início da primeira fase da imprensa brasileira, que vai desde 1808 até aproximadamente o final daquele século. Nessa primeira fase a empresa jornalística necessitava de estímulos, os recursos técnicos eram escassos, o maquinário de segunda mão, a diagramação e o conteúdo mal trabalhados, a longevidade dos periódicos era breve e suas publicações sempre atrasadas.

* Emanuelle Lins de Andrade é mestranda do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, e bolsista da FACEPE (Fundação de Amparo a ciência e tecnologia do Estado de Pernambuco).

Somente nos anos finais do século XIX –na segunda fase da imprensa brasileira, a qual chegaria ao fim na década de 1950– é que o jornal vai perdendo o aspecto de empreendimento artesanal, e passa a ser um empreendimento mercantil. Os proprietários das empresas jornalísticas passam a administrá-las de maneira racional –buscando o lucro, e para tanto, realizam uma série de mudanças como: a adoção de novos métodos de impressão; nova estruturação do conteúdo; e abordagem da notícia de uma maneira não só mais palatável e atraente, mas, também, mais informativa e objetiva –deveria-se narrar a verdade dos fatos, informar e abster-se da tentativa de formar opinião, pois o jornal seria veículo de interesse público e não de interesses individuais ou de grupos.

Entretanto, tal objetividade jamais foi atingida. E diferentemente, do jornalismo da primeira fase, o qual de acordo com Juarez Bahia (BAHIA, 1964), era mais livre, pois os jornalecos e pasquins defendiam idéias e não se vendiam aos desejos dos anunciantes –sendo este um dos maiores motivos da brevidade de tais impressos, o jornalismo dos primeiros decênios do século passado se baseava acima de tudo no desejo de lucro, e assim, estava mais ao serviço da avareza.

O jornalismo nesse período ainda não era uma profissão. A maioria dos jornalistas tinham outros empregos para se manterem ou apenas usavam a imprensa como um trampolim para terem acesso a um emprego público ou ingressarem na carreira política, logo, não havia muita preocupação com um código ético para guiar a atividade jornalística. Destarte, apesar do desenvolvimento dos meios gráficos, de impressão e composição, o jornalismo da primeira metade do século XX devido a uma grande volubilidade em relação a interesses pessoais ou ajudas monetárias, ainda era palco central para as disputas políticas e ideológicas. A profissionalização do campo jornalístico se iniciaria na década de 50 (período que marca o começo da terceira fase da imprensa brasileira, a fase atual), sendo somente a partir daí que se passaria a perseguir com vigor a neutralidade, objetividade, e a autonomização do campo jornalístico.

Com isso não se pretende dizer que sobre os auspícios dos anos 1950 o discurso jornalístico se libertou de quaisquer interesses políticos ou sociais, pois, a imprensa, como qualquer outra atividade humana, é fundamentalmente um instrumento de manipulação de interesses. Mas, sim, que com o alvorecer dessa década a imprensa brasileira passou a adotar os parâmetros mais modernos do jornalismo internacional, inclusive os éticos, e a tentar buscar uma possível objetividade na informação, ou ao menos dissimulá-la, diferentemente dos anos anteriores, nos quais o viés político ou ideológico é mais facilmente identificável.

Com a chegada de Vargas ao poder nos anos de 1930, o cunho venal e político da imprensa sofre um alargamento. A sua integridade, que já estava comprometida, foi quase completamente maculada no Governo Vargas. Neste período o principal patrocinador dos jornais era o próprio governo, que com auxílio financeiro, fornecimento de papel, ou disponibilização de outros instrumentos comprava o apoio dos jornais. Vargas, assim como qualquer político sagaz, conhecia o poder da imprensa, e não teve escrúpulos em utilizá-lo.

Na primeira década do século XX, assim como hoje, a força da imprensa era imensa, podendo transformar um jornalista ao status de imperador. Foi este o caso de Assis Chateaubriand, criador dos Diários Associados, que de um simples jornalista passou a líder de um verdadeiro império da comunicação, ou a líder de um Estado dentro do Estado, tal era o poder daquela associação.

A imprensa era um dos principais meios através do qual se poderia ganhar notoriedade. O jornalismo servia como intermediador para a aquisição de um emprego público, o acesso a um lugar na política, ou a consagração intelectual. Segundo Souza Barros (BARROS,1985), os jornais eram os principais divulgadores de todo e qualquer assunto devido as dificuldades dos meios editoriais, principalmente os especializados, naquelas primeiras décadas do século passado. Destarte, quem queria se fazer conhecido teria necessariamente que recorrer ao jornal.

Este teve suas potencialidades exploradas como veículo de informação e doutrinação no governo de Getúlio Vargas de 1930 a 1945, o qual viu na imprensa um instrumento capaz de angariar apoio, formar opinião, e doutrinar a população. A operacionalização da linguagem e da ideologia do governo Vargas foi responsabilidade da imprensa brasileira, que cumpriu sua tarefa por meio da cooptação ou da coação.

A aspiração daquele governo era a criação de um Estado Nacional forte, economicamente independente das potências estrangeiras, moderno, industrializado, e construído por meio de uma cultura e ideologia unívoca. Para tanto, pressupunha-se ser indispensável instruir a massa amorfa acerca dos novos postulados adotados pelo estado, e guiá-la sobre a direção de um forte governante, o qual seria amparado pelos seus intelectuais. Tal instrução seria atingida através da educação escolar e religiosa, mas também, e, principalmente, através da imprensa.

A disseminação dos valores nacionalistas, católicos, progressistas (a industrialização e a modernização do país eram vistas como prioridades), hierárquicos (a população era considerada como massa que deveria ser guiada pelos seus líderes, e privada de um ensino mais intelectual), anti-liberais, e anti-comunistas, bem como o culto a Vargas, foram

disseminados pela a imprensa. Aqueles pertencentes a tal instituição que nao puderam ser cooptados ou coagidos a seguir o sistema foram perseguidos ou exilados, mas esses não foram muitos.

De acordo com Marialva Barbosa (BARBOSA, 2007), a coalizão da imprensa com o estado é refletida na própria relação do jornalismo do Rio de Janeiro –então capital– com o governo de Getúlio, aonde apesar do desejo explícito do estado em fazer uso dos meios de comunicações para doutrinar o público, considerado como massa, não houve uma escusa por parte dos dirigentes das principais publicações da cidade acerca de fazer uma aliança com estado. Barbosa alega que apesar do fechamento ou perseguição de alguns periódicos, as proximidades e convergências entre os homens de governo e os homens de imprensa eram mais abundantes. E, ainda, para silenciar ou no mínimo suavizar as vozes daqueles que se levantavam contra o estado sempre havia a censura.

A preocupação do governo com a divulgação da propaganda ideológica e com o controle da informação já pode ser notada ainda no início da administração de Getúlio Vargas, em 1931, com a criação do Departamento Oficial de Propaganda, cuja função era fazer a propaganda estatal. É com o objetivo educar às massas através dos meios de comunicação e eliminar as falsas concepções que o governo vai ao longo do período Vargas criando ou suprimindo novas divisões administrativas reponsáveis pela propaganda e pela mídia. Assim, em 1934 o DOP é substituído pelo Departamento de Propaganda e Difusão Cultural (DPDC), o qual em 1938 se transforma no Departamento Nacional de Propaganda (DNP). E, em 1939, o DNP dá lugar ao Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). O DIP se subordinava diretamente ao presidente e ao Ministério da Justiça, sendo uma das suas atribuições tanto a censura do que se considerava nocivo aos interesses da nação, como, principalmente, a divulgação da ideologia estado-novista. Com este órgão, o controle dos meios de comunicação pelo governo torna-se quase que ilimitado. A imprensa, a radiodifusão, a literatura, o teatro, o cinema, enfim, todos os instrumentos midiáticos estavam sujeitos a influência e a censura do DIP.

Em Pernambuco um dos primeiros jornais a sofrer a censura do governo implantado com a “Revolução de 1930” foi o conservador Jornal do Commercio. Criado em 1919 por Francisco Pessoa de Queiroz, um empresário e político brasileiro que mais tarde também criaria o Sistema Jornal do Commercio de Comunicação, este periódico por se opor aos revolucionários teve a sua sede invadida, toda a sua maquinaria quebrada, e seu proprietário exilado na Europa. O jornal permaneceu fechado por alguns anos, só reabrindo em 1934,

quando ainda sofreria a censura do regime, tendo, inclusive, algumas de suas edições proibidas.

Outro jornal a sofrer a censura do regime foi o Diário de Pernambuco. Mesmo sendo um dos mais antigos jornais em circulação da América Latina, e um dos mais importantes e respeitáveis veículos de informação em Pernambuco na década de 1930, nem por isso o Diário foi imune a censura. Inicialmente o periódico chegou mesmo a apoiar a “Revolução”, e a afirmar ser esta a única saída para o país. No entanto, logo depois de os novos líderes serem empossados, o jornal começa a criticar a interventoria de Carlos de Lima Cavalcanti, o que criou não somente um polêmico debate entre o Diário de Pernambuco e o jornal oficial Diário da Manhã durante quase toda a interventoria de Lima Cavalcanti, mas que também tornou o governo estadual suspcioso de que qualquer movimento contra o governo contava com a participação do Diário.

Em 1931 ocorrendo o levante do 21º Batalhão de Caçadores, o periódico foi suspeito de ter conivência com o movimento, e como resultado a sua sede foi invadida, seus diretores presos e o matutino suspenso temporariamente. Em 1932, havendo uma querela entre o interventor do estado e o ministro da aviação, José Américo, o Diário se põe a favor do segundo, o que teria como consequência outra invasão da sede do jornal e sua temporária suspensão.

Com o avançar da década de 1930 a censura na imprensa recifense ganha novos contornos. Segundo Luiz do Nascimento (NASCIMENTO,1968), em 1936 o governo elucidou para os diretores dos jornais do Recife que a partir daquele ano a censura nos jornais deveria ser feita pelos próprios diretores, ao invés de ser realizada pelo governo, sendo destes a responsabilidade por qualquer desobediência as normas recomendadas. De acordo com o autor supracitado, deveria ser censurada qualquer publicação que ameaçasse a ordem pública, criticasse às autoridades militares do Exército e da polícia militar, ou que empregasse linguagem ofensiva para se referir às autoridades constituídas. Isto não significa, entretanto, que o governo deixou a censura a cargo dos próprios jornais, mas, sim que a partir deste momento haveria dois tipos de censuras, uma interna feita pelo próprio jornal, e outra externa feita sobre a supervisão do governo.

Com a ascensão do Estado Novo esse cerceamento da liberdade de imprensa se intensifica. Agora não somente os jornais oposicionistas sofreriam a intervenção do governo, mas, também, os jornais dos próprios aliados do estado . Foi este o caso do Diário da Manhã. Fundado em 1927 pelos irmãos Caio e Carlos de Lima Cavalcanti com o objetivo de combater a as oligarquias da velha república e o rosismo, representado no estado pelo então governador

Estácio Coimbra, o jornal logo passaria a dar total apoio às idéias da Coluna Prestes. Valhendo-lhe tal caráter oposicionista de uma forte censura por parte do governo, o que, todavia, não impediu o Diário da Manhã de servir como centro de reunião para a cúpula do movimento revolucionário de 1930.

Com a vitória da “Revolução”, o periódico perde seu caráter oposicionista e se torna situacionista, pois, passaria a ser o porta-voz do então interventor estadual, e proprietário do Diário da Manhã, Carlos de Lima Cavalcanti. Porém, com a instauração do Estado Novo, Lima Cavalcanti que apesar de aliado de Getúlio Vargas tinha feito em seu jornal uma campanha a favor da necessidade de realização da eleições presidenciais, foi deposto e exilado, sendo proibido de assumir a direção do Diário da Manhã. Este, por sua vez, passaria a ser alvo da censura do novo interventor, Agamenon Magalhães.

Agamenon Magalhães soube utilizar e controlar os meios midiáticos muito mais do que o seu predecessor. Tendo pleno conhecimento da capacidade da imprensa em instruir e convencer o público, ele não mediu esforços para banir dos meios de comunicação qualquer ideologia contrária ao Estado Novo, ou para fomentar a disseminação das doutrinas estado-novistas. E como os seus opositores eram perseguidos com fervor e as suas ordens obedecidas como sagradas pelas autoridades constituídas, foram poucas as vozes que ousaram se levantar contra o interventor.

Duas semanas antes de assumir o cargo de interventor do estado de Pernambuco em 1937, Agamenon Magalhães põe em circulação o jornal Folha da Manhã, o qual seria utilizado como porta-voz do governo, servindo tanto ao propósito de fazer propaganda do Estado Novo como ao propósito de doutrinar o povo. Com duas edições, uma matutina, de linguagem mais elaborada, destinada as classes mais favorecidas; e outra vespertina, com maior número de imagens, para a classe trabalhadora; o jornal alcançou um grande número de leitores, e ocupou um espaço importante na administração de Agamenon.

Para o interventor a imprensa tinha o poder de criar a verdade, ou pelo menos de fazer com que o público tomasse como verdade tudo que fosse divulgado como tal através dela. Tendo isso em vista, Agamenon publica continuamente na Folha da Manhã toda a cartilha do novo governo. O anti-semitismo, o anti-comunismo, o anti-liberalismo, a xenofobia, assim como o louvor da pátria, da família, da ordem, do catolicismo, ou seja, as ideologias do regimes nazi-fascistas que estavam presentes na orientação política estado-novista, eram também parte da orientação ideológica do periódico, chegando mesmo a ocupar parte central das suas publicações.

Segundo Maria das Graças Ataíde de Almeida (ALMEIDA, 2001), a imprensa durante a interventoria de Agamenon Magalhães não era considerada somente como um meio de comunicação, mas, sim, como o arauto da verdade. De acordo com a autora supracitada, foi a imprensa, mais do que as instituições escolares e religiosas, que recebeu a função de agir como veículo de propaganda e doutrinação da ideologia estatal, através dos quais se acreditava ser possível o reerguimento político, econômico e moral da nação.

Destarte, pode se assumir a partir do anteriormente exposto a importância dada ao cargo jornalístico por Agamenon, o que é ainda corroborado pelo fato de a maioria dos jornalistas do Folha da Manhã serem colaboradores diretos da administração estadual. Para Almeida, assim como, imprensa e verdade eram tomadas praticamente como sinônimos durante a interventoria de Agamenon Magalhães, do mesmo modo, jornalista, político, e intelectual eram considerados como a mesma coisa. Sendo inúmeros os jornalistas que assumiram com prazer e lealdade a tarefa que lhes foi conferida pelo governo, a de doutrinar a população segundo os modelos nazi-fascistas europeus.

A população deveria ser instruída a amar a sua pátria, a família, a igreja, os seus governantes; e a odiar toda doutrina exótica, assim como os seus portadores. Logo, o povo deveria ser educado a repudiar os comunistas, os homossexuais, os judeus, os políticos liberais, os pai de santos, enfim, todos aqueles que não se enquadravam no tipo de nação que Vargas desejava construir. O Brasil deveria ser uma nação forte, moderna, independente, constituída por uma massa apolítica e acrítica disposta a seguir toda e qualquer direção governamental. Tendo isso como objetivo, e sabendo da força que o mundo simbólico tem na transformação da realidade, Vargas (e, em Pernambuco, Agamenon Magalhães nos anos de 1937-45 como um dos seus mais fiéis representantes) faria uso da imprensa como instrumento de dominação e manipulação da realidade.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Maria das Graças Andrade Ataíde de. *A construção da verdade autoritária*. SP: Humanitas/FFLCH/USP, 2001. 317 p.

BAHIA, Juarez. *Jornal, história e técnica*. SP: Martins, 1967. 216 p.

BARBOSA, Marialva. *História Cultural da imprensa: Brasil –1900-2000*. RJ: Mauad X, 2007. 262 p.

BARROS, Souza. *A década de 20 em Pernambuco: uma interpretação*. Recife: Fundação de Cultura da cidade do Recife, 1985. 328 p.

FELDHUES, Paulo Raphael. Imprensa e Cultura Política Caminhos do Espaço Público no Estado Novo pernambucano. In: *Revista Eletrônica Cadernos de História*, vol. VI, ano 3, n.º 2, dezembro de 2008. 202 p.

JAMBO, Arnaldo. *Diário de Pernambuco: história e jornal de quinze décadas*. Recife: Diário de Pernambuco, 1975. 466p.

LINS, Aline Maria Grego; LIRA, Ana Paula Araújo. *A imprensa recifense e as lutas contra os regimes de exceção do século XX*. Disponível em: <http://www.redealcar.jornalismo.ufsc.br/cd4/imprensa/a_lins.doc> . Acesso em 19 de maio de 2009.

LUCA, Tânia Regina de. Fontes impressas: História dos, nos e por meio dos periódicos. In PINSKY, C. B (Org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005. p.111-153.

MACIEL, Ayrton. *Carlos Lima Cavalcanti: Todo o poder ao Rei*. Recife: Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco, 2001. 60 p.

NASCIMENTO, Luiz de. *História da imprensa de Pernambuco (1821/1954)*. Vol I. Recife: Imprensa Universitária UFPE, 1968. 210 p.

RIBEIRO, José Adalberto. *Agamenon Magalhães: uma estrela na testa e um mandacaru no coração*. Recife: Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco, 2001. 67 p.